



© 2010 Núcleo Memoria • reproducción autorizada desde que citada a fonte • www.nucleodememoria.org.br

O GOLPE A DITADURA O TERRORISMO DE ESTADO



NM
NÚCLEO MEMÓRIA

Coalición Internacional de
Sitios de Conciencia





Golpe foi tramado e tentado várias vezes



Carlos Lacerda e militares, tramaram contra a democracia desde o segundo governo de Getúlio Vargas.



Posse do presidente João Goulart.

O golpe de primeiro de abril de 1964 não foi um fato corriqueiro, nem aconteceu por acaso. Foi uma trama ardilosa, preparada e ensaiada durante muito tempo. Muito mais que isso, o golpe foi tentado várias vezes antes dessa data. Tentaram derrubar Getúlio Vargas em seu mandato popular, eleito democraticamente. Não conseguiram sua derrubada, mas o levaram ao suicídio e provocaram o fim de um governo democraticamente eleito.

Na conspiração contra Getúlio foram criadas e desenvolvidas algumas lideranças golpistas, que ressurgem em 1964. O partido da trama foi a UDN, União Democrática Nacional e a mais saliente e destacada liderança golpista foi o jornalista Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara na época do golpe de abril e um dos expoentes da derrubada de João Goulart.

A morte de Getúlio não acabou com o projeto dos golpistas de tomada do poder, mas atrasou a derrubada da democracia por uma década. A reação do povo nas ruas mostrou que não seria tão fácil a aceitação de uma ditadura.

Os mesmos personagens conspiraram contra a Democracia e o governo de Juscelino Kubitschek com uma esfarrapada alegação de que o presidente estava aliado aos comunistas. Outra vez a força popular desmobilizou o golpe.

A eleição de Jânio Quadros deu fôlego para os traidores da Democracia e sua renúncia forçou nova tentativa desesperada de derrubada das instituições democráticas. Não queriam “permitir” a posse do vice-presidente, que estava na China em visita oficial. Alegaram que a visita indicava uma ligação com o comunismo e que ele não poderia assumir a Presidência da República por causa disso. Houve grande mobilização popular, encabeçada pelo governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, com a criação da Rede da Legalidade, que exigia o respeito ao voto popular e a posse do Vice-Presidente constitucional.

A campanha da Legalidade foi vitoriosa e os golpistas exigiram, como último recurso, que João Goulart fosse empossado mediante um acordo político, que transformou o sistema político brasileiro em parlamentarista. Ainda tinham a esperança de fazer de Jango um boneco sem poder ou iniciativa. Por dois anos o país foi governado por gente como Tancredo Neves, primeiro-ministro, de confiança dos golpistas e depois aliado na trama de 64.



Os golpistas marechal Castelo, 1º ditador e Costa e Silva o 2º ditador.

O golpe de 64 foi uma agressão imperialista contra o Brasil

Com a força de seu mandato e o apoio popular decisivo, Jango conseguiu governar e propor a volta do Presidencialismo através de um plebiscito popular. A grande mobilização do povo, principalmente das camadas pobres da população, derrotou o parlamentarismo no referendo de 1962, por larga margem de votos. Aos golpistas só restou o caminho da traição aos princípios democráticos. A conspiração contra a democracia começou nesse momento.

A articulação contra o povo e a democracia teve a orientação do governo dos EUA e os adeptos da ruptura institucional partiram para o tudo ou nada. A Escola Superior de Guerra, nos moldes da Escola de Guerra ianque, criada em 1946, serviu de base de organização para a conspiração no Brasil.

O governo dos EUA investiu grandes somas em dólares para a propaganda contra o governo democrático, para comprar parlamentares e colocá-los dentro do esquema de golpismo. Quem afirmou isso foi o ex-embaixador americano no Brasil, durante o golpe, Lincoln Gordon. “Eu tinha cinco milhões de dólares para investir em deputados e senadores confiáveis ao nosso governo”, disse ele sem nenhuma vergonha ou preocupação com a ética quando visitou o país anos atrás.

Para garantir o sucesso da derrubada da Democracia em nosso país, o governo dos EUA colocou sua frota de guerra nas costas do Brasil para garantir que nada saísse errado durante a tomada do poder. O ex-governador de São Paulo, imposto pela ditadura na década de 70, Paulo Egídio Martins, diz em suas memórias que a frota americana foi mesmo mobilizada para o golpe e estava preparada para invadir nosso país, em caso de guerra civil, ou para retirar os golpistas, em caso de vitória das forças legalistas, fiéis à Democracia.



“Eu tinha cinco milhões de dólares para investir em deputados e senadores confiáveis ao nosso governo”

Lincoln Gordon - embaixador americano no Brasil durante o golpe.

Para mobilizar os setores conservadores do país, os conspiradores criaram um certo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) com dinheiro e orientação ianque. Esse organismo tinha a função de fazer propaganda contra o governo, causar instabilidade entre a população e “denunciar” o perigo comunista que rondaria o país com a continuidade do governo democrático. Diziam que Jango e os comunistas preparavam um golpe de Estado para a implantação de uma República Anarco-Sindicalista. Na realidade,



O golpista General Golbery do Couto e Silva criou o IPES, centro da conspiração e depois criou o SNI, centro de perseguição, torturas e assassinatos. Foi eminência parda durante toda a ditadura.

queriam dizer que a Democracia servia aos interesses da classe operária, organizada em sindicatos e isso eles não queriam aceitar de jeito nenhum.

A produção de material contra o governo ficou sob a responsabilidade do IPES (Instituto de Pesquisa Econômica e Social), que era também o serviço secreto dos golpistas. Esse organismo secreto dos conspiradores tinha como tarefa maior o mapeamento de quem eram as lideranças populares, sindicais e do governo, e onde estariam na hora da repressão da ditadura ser deflagrada. O criador desse centro de conspiração e espionagem foi o general Golbery do Couto e Silva, depois peça central de todos os governos ditatoriais e criador do SNI (Serviço Nacional de Informação), principal órgão de repressão política da ditadura. Os arquivos do tal IPES foram agregados ao do SNI com a vitória dos golpistas. Os conspiradores de antes viram os torturadores durante a ditadura.

Consolidada a ditadura, o governo imperialista dos EUA treinou militares brasileiros na Escola das Américas, na base naval ianque no Canal do Panamá, na prática de torturas e guerra contra seu povo. Por lá passaram centenas de oficiais das Forças Armadas brasileiras, colocados a serviço da repressão política e dos interesses de um governo estrangeiro. Os mais destacados torturadores brasileiros passaram por esse centro de preparação de repressores. Além dos brasileiros, torturadores de outros países latino-americanos também aprenderam a prática do terror de Estado nesse lugar.

Um Estado terrorista, anti-povo e de entrega do país



cel. Roberto Hipólito da Costa ficou impune.

Cel. Alfeu foi morto pelas costas, o assassino

O terror de Estado foi implantado desde a primeira hora da ditadura. Antes de terminar o ano de 1964, foram assassinadas 17 pessoas. Algumas foram fuziladas em manifestações de rua, outras mortas em sessões de torturas e encobertas por falsas versões de suicídios improváveis. Os golpistas não perdoaram seu colega de farda, Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro, que se recusou a aderir ao novo regime ditatorial e o mataram com uma rajada de metralhadora pelas costas.

No começo do mês de maio, o dirigente comunista Carlos Marighella quase foi morto em cerco feito por militares e policiais civis. Desarmado, ele correu, procurou refúgio dentro de um cinema, foi localizado e recebeu um tiro no peito, mas não morreu. Mesmo preso e algemado à maca, Marighella gritou seu nome,



Carlos Marighella foi baleado ao resistir à prisão nos primeiros dias do golpe.

que estava sendo preso e seria morto pela ditadura. Isso salvou sua vida e deixou a ditadura sem ação naquele momento, que teve que soltar o líder comunista pouco tempo depois da prisão.

Ao mesmo tempo em que prendia, torturava e matava opositores políticos, a ditadura militar implantava o terror sobre nosso povo. Sindicatos foram invadidos, suas diretorias trocadas por interventores pelegos e sufocada qualquer tipo de oposição dentro da entidade de classe dos trabalhadores. Ao movimento operário só sobrou o caminho da oposição clandestina dentro de suas entidades de classe e de atuação discreta e cuidadosa para que não permitir prisões e torturas.

Os operários conscientes, que insistiam em continuar a oposição sindical, sofreram uma perseguição maior ainda com a colaboração dos patrões. Foram criadas as listas negras em que constavam os nomes dos operários, inimigos do regime, que não poderiam conseguir emprego. Esse método perverso levou a fome aos lares de milhares de famílias de trabalhadores e contou com a participação direta das empresas simpáticas ao regime ditatorial.

O mesmo aconteceu com entidades estudantis. A sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) foi invadida, saqueada e incendiada por tropas militares nos primeiros dias do golpe. Todas as entidades estudantis sofreram intervenção e só funcionaram as que fossem leais ao novo regime.



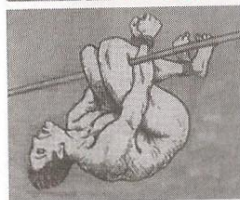
A ditadura deu um "país" para o americano Ludwig dentro da Amazônia.

O governo ilegítimo, surgido com o golpe de abril de 1964, atrelou o país aos interesses de uma potência estrangeira, os EUA. Empresas brasileiras foram sufocadas pelo governo militar e compradas por uma ninharia por empresas estrangeiras, notadamente norte-americanas. O que não conseguiam pelo sufocamento econômico, era feito pelos decretos secretos, como foi o caso da PANAIR, empresa de aviação, símbolo da soberania nacional da época.

O latifúndio foi reforçado e as conquistas das lutas camponesas de antes de 64 destruídas. O símbolo de entrega de terras nacionais para estrangeiros foi o chamado Projeto Jari, quando uma área superior a muitos países europeus foi dada ao empresário ianque Daniel Keith Ludwig no extremo norte de nosso país, em plena Amazônia. A implantação desse estrangeiro em nosso país se deu com muita repressão aos trabalhadores rurais, à oposição no Congresso Nacional e à imprensa popular de oposição



O marginal Sérgio Fleury ensinou a prática de tortura aos militares do DOI-CODI.



Eles torturavam, assassinavam e fotografavam suas vítimas



Virgílio Gomes da Silva torturado e assassinado em 1969, na sede do DOI-CODI pelos maiores Inocêncio F. de Matos Beltrão e Valdir Coelho.



Joaquim Alencar de Seixas torturado e assassinado em 1971, na sede do DOI-CODI na presença do comandante major Brilhante Ustra.

Para a população pobre o regime criou o terror do Esquadrão da Morte, quadrilhas organizadas e formadas por policiais corruptos, ligados ao tráfico de drogas. Esses bandos impunes matavam marginais e trabalhadores inocentes e faziam propaganda de seus atos criminosos expondo cadáveres com cartazes identificando sua quadrilha por uma caveira e duas tibias cruzadas.

Essa quadrilha de assassinos de cidadãos dos bairros pobres das grandes cidades serviu de base para a criação do aparato de repressão política. O mais famoso desses assassinos foi o famigerado delegado Sérgio Fleury, que ensinou suas técnicas de torturas e assassinatos aos militares da chamada Operação Bandeirante, articulação do exército com polícia civil e militar, financiada por empresários de direita empenhados em acabar com a agitação sindical e popular.

Terrorismo de Estado prendeu, torturou, matou e desapareceu com corpos

A repressão política, que inicialmente acontecia nos DOPS e nos quartéis com os IPMs (Inquérito Policial-Militar), ganhou uma vasta estrutura militar de repressão aos "inimigos internos", como chamavam a oposição à ditadura.

A criação do SNI - Serviço Nacional de Informações deu a partida para a formação de uma extensa rede de organismos de repressão aos opositores e à população em geral. Tudo tinha no comando o ditador de plantão, mas as três forças armadas, as polícias militares e civis, órgãos estatais e universidades participavam do processo de identificação e captura dos inimigos do regime.

A organização popular se manifesta nas ruas do país através das passeatas estudantis e das greves operárias de Osasco e Contagem, notadamente. A ditadura, com medo de perder o controle, edita o AI-5 (Ato Institucional número 5), em 13 de dezembro de 1968, e abre a temporada de caças aos inimigos, com forte incentivo à violência do Estado. A repressão às passeatas de estudantes e trabalhadores, deram lugar à prática de torturas aos presos políticos, seguidas de longos períodos de desaparecimentos.

Em julho de 1969 é lançada a Operação Bandeirante, a famigerada OBAN, sob o pretexto de combate aos grupos armados. Dirigida por militares do exército, composta por policiais civis e



Alex de Paula Xavier torturado e assassinado em 20 de janeiro de 1972, DOI/CODI-SP comandado pelo major Brilhante Ustra.



Antônio Benetazzo durante os dias 28 e 29 de outubro de 1972, foi torturado ininterruptamente e, no fim do dia 30, foi assassinado, no DOI/CODI-SP comandado pelo major Brilhante Ustra.



Antônio Carlos Bicalho Lana torturado e assassinado em 1973, no sítio 31 de março, centro clandestino de tortura do DOI-CODI comandado pelo major Brilhante Ustra.

militares, além de membros dos grupos terroristas CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e MAC (Movimento Anti-Comunista), e financiada por empresários colaboradores e beneficiários da ditadura, esse organismo para-militar ilegal, mas não clandestino, funcionou nas dependências do quartel da Polícia do Exército e depois ocupou a 36ª Delegacia de Polícia de São Paulo, na rua Tutóia, bairro do Paraíso.

Esse grupo para-militar, célebre pelas mais brutais torturas e assassinatos aos militantes de oposição, tinha especial interesse em saquear as casas dos presos e no prêmio pago pelos empresários pela captura dos inimigos mais destacados na luta contra a ditadura.

A Operação Bandeirante foi legalizada, dentro da estrutura militar, em maio de 1970, quando foram criados os DOI-CODIs (Destacamentos de Operação e Informação dos Centro de Operação de Defesa Interna), hierarquicamente ligadas ao comando das três Forças Armadas, centralizadas no Estado Maior das Forças Armadas e chefiadas pelo general ocupante da Presidência da República.

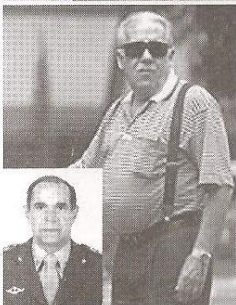
Em paralelo funcionavam os Centros de Informação do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, os DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) das polícias civis estaduais e das polícias militares. Formavam a chamada Comunidade de Informações, intrincada rede de espões e assassinos torturadores com uma cadeia de comando própria e sem vínculos com as demais hierarquias das suas corporações.

Todas tinham como objetivo a identificação, captura, tortura e assassinato dos opositores.

Com a ocupação da Presidência da República pelo general Ernesto Geisel, a cruel prática do desaparecimento com os corpos dos presos políticos virou rotina. Como a ditadura sempre negou a existência de presos políticos, além da prática de torturas, passaram a desaparecer com as próprias pessoas presas.

Defesa de torturadores é contra a Democracia

A defesa da impunidade dos torturadores é uma agressão à Democracia. A ditadura era um regime ilegítimo e ilegal. A prática



Félix Freire, Aldir Maciel, José Brant e Ustra são alguns dos homens que se destacaram nos órgãos de repressão pela frieza e morbidez, receberam licença da ditadura para matar e ocultar cadáveres.

de torturas, apesar de ser política do estado ditatorial, sempre foi negada e a impunidade daqueles que mataram homens, mulheres e crianças em longas sessões de torturas é um incentivo à manutenção dessa prática nos dias de hoje. A ditadura desrespeitou suas próprias leis e a Convenção de Genebra contra crimes de guerra.

Para esconder seus crimes, os torturadores assumiram um discurso anticomunista até os dias de hoje. Alegam apenas que mataram comunistas e terroristas terríveis para esconder que saquearam, violentaram sexualmente militantes e receberam prêmios em dinheiro dado por empresários interessados na manutenção daquele estado de terror. Cometeram crimes de lesa-humanidade e não há lei que os faça inocentes ou que seus crimes sejam esquecidos pelas pessoas civilizadas.

Os defensores da impunidade dos torturadores berram que se for para julgá-los, deveriam ser julgados os dois lados. Esquecem que suas vítimas foram presas, torturadas e condenadas pelas terríveis leis da própria ditadura. Ninguém quer a volta do regime de barbárie, o julgamento de assassinos torturadores por leis democráticas, com amplo direito à defesa e sem qualquer tipo de violência.

Torturador não pode ser perdoado por lei de Anistia ou por qualquer outra lei. Cometeram crimes contra a Humanidade e devem pagar por isso.

Breve histórico da ditadura

1964 1/4/64 - **Golpe de 64** - O presidente João Goulart é deposto por um golpe de Estado, comandado pelas Forças Armadas.



1/4/64 - Um grupo de militares e terroristas de extrema direita incendeiam a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Ato Institucional nº 1 - (Permite, mediante investigação sumária, demissão, disponibilidade ou aposentadoria dos que "houvessem atentado contra a Segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa, excluída a apreciação judicial)". Confere ao Presidente da República faculdade de suspender direitos políticos, e cassar mandatos legislativos.

11/4/64 - O Congresso Nacional monta farsa legal para aprovar a indicação do marechal Castelo Branco como presidente da República, a mando dos golpistas.

- saem as primeiras listas de cassações de mandatos



Marechal Castelo Branco, o primeiro ditador



- instaurados, em todo o país, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para enquadrar todos os que eram considerados adversários pelo regime
- ainda nesse ano, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), entre outros, já falava em Anistia

1965 13/3/65 - Intelectuais lançam Manifesto que pede liberdade, democracia e direitos individuais

julho/65 - O coronel reformado Jefferson Cardin de Alencar Osório comanda a primeira tentativa de derrubada da ditadura pela força das armas no Rio Grande do Sul. As Forças Armadas de Libertação Nacional toma várias cidades na serra gaúcha e marcha pelos estados de Santa Catarina e Paraná, onde é cercada e desarticulada, com vários guerrilheiros presos.

27/10/65 - **Ato Institucional nº 2** (extingue os partidos políticos e cassa seus registros, suspende garantias constitucionais de estabilidade, vitaliciedade, inamovibilidade, prevê possibilidade de decretação do estado de sítio).

24/11/65 - **Ato Complementar número 4** - Institui o bipartidarismo: cria Arena e MDB.

1967 Frente Ampla reúne os adversários (Jango, Juscelino e Lacerda) e lança manifesto em que clama por Democracia e Anistia Geral.

Marechal Costa e Silva, o segundo ditador



15/3/67 - Marechal Arthur da Costa e Silva ocupa a Presidência do Brasil.

3/4/67 - Segunda tentativa de derrubada da ditadura é lançada na Serra de Caparaó (MG e ES). Oito são presos.

1968 28/3/68 - Morto a tiros o estudante Edson Luiz de Lima Souto, durante a repressão policial utilizada para desalojar os estudantes que haviam ocupado o Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.



junho de 1968 - Passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro reúne estudantes, artistas, clero, intelectuais, sindicalistas e populares na maior manifestação contra a ditadura.

2º semestre de 1968 - Paulo Macarini, deputado (MDB/SC), apresenta na Câmara Federal projeto de Anistia Geral.

12/10/68 - Polícia invade o 30º Congresso UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna, São Paulo, e prende 1240 estudantes

13/12/68 - Congresso é fechado e a ditadura edita o **Ato Institucional nº 5**, que autoriza o presidente da República a colocar em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais, lhe dá plenos poderes para cassar





mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e funcionários. Suspende o habeas corpus e autoriza julgamento de "crimes políticos" por tribunais militares.

1969 26/1/69 - O capitão do exército Carlos Lamarca e mais sete militares aderem à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e levam 63 fuzis do quartel de Quitaúna, São Paulo.



1/7/69 - Criada em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), maior centro de torturas do Estado.

31/8/69 - Junta Militar assume no lugar de Costa e Silva, afastado por doença.

4/9/69 - Um grupo de guerrilheiros da ALN (Ação Libertadora Nacional) e do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) capturam o embaixador americano Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, e o trocam pela libertação de 15 presos políticos.



9/9/69 - **Ato Institucional nº 14** cria a pena de morte para presos políticos.

18/9/69 - Entra em vigor a Nova Lei de Segurança Nacional, muito mais dura.

30/10/69 - Emílio Garrastazu Médici passa a ocupar a Presidência da República.

outubro/novembro - Prisão de várias pessoas, inclusive frades dominicanos.

4/11/69 - O líder comunista Carlos Marighella é assassinado em emboscada na Alameda Casa Branca, São Paulo /SP.

1970 11/3/70 - O MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e a REDE (Resistência Democrática) capturam o cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okushi, e o trocam por cinco militantes presos, dentre eles Madre Maurina Borges, freira presa e violentada na cidade de Ribeirão Preto.

maio de 70 - A Oban (Operação Bandeirante) é legalizada e passa a integrar a estrutura militar de repressão política e vira Doi-Codi/São Paulo.



11/6/70 - A ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) capturam, no Rio, o embaixador da Alemanha, von Holleben, e o trocam por 40 presos.

23/10/70 - O líder revolucionário Joaquim Câmara Ferreira (Comandante Toledo) é capturado e morto sob torturas num sítio clandestino da repressão.



7/12/70 - A VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) captura, no Rio, o embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bücher, e o troca por 70 presos.



Automóvel do deputado **Rubens Paiva**, metralhado, no Alto da Boa Vista - RJ, seu corpo nunca foi encontrado.

1971 20/1/71 - O ex-deputado federal Rubem Paiva é preso no Rio de Janeiro e morto sob torturas. Os militares do DOI-CODI desaparecem com seu corpo e até hoje é considerado desaparecido.

17/9/71 - O capitão Carlos Lamarca, da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), é cercado no sertão da Bahia e executado por um grupo de torturadores do DOI-CODI.

1972 O MDB defende em seu programa a Anistia Geral, proposta pelo grupo dos "autênticos"

12/4/72 - Militantes do PC do B (Partido Comunista do Brasil) deflagram os combates da guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, Maranhão e Goiás. A luta se estende até 1974.



foi torturado pelos membros da equipe A, chefiada pelo torturador de nome "Dr. José" e pelo investigador conhecido por "Dr. Tomé" e composta por: "Caio ou Alemão", "Dr. Jacó", "Silva", "Rubens", todos orientados pelo comandante daquele departamento, o então major Carlos Alberto Brilhante Ulstra.

1973 17/3/73 - Morre sob torturas, nas dependências do Doi-Codi/SP, o estudante de Geologia da USP, Alexandre Vannucchi Leme

30/3/73 - D. Paulo Evaristo Arns celebra missa na Catedral da Sé, em São Paulo, em homenagem a Alexandre Vannuchi Leme, com a presença de 3 mil pessoas.

1974 15/3/74 - É a vez do general Ernesto Geisel ocupar a Presidência da República.

2º semestre de 1974 - A exigência de uma Anistia é feita durante a campanha eleitoral de vários candidatos do MDB.

15/11/74 - Oposição obtém expressiva vitória nas eleições parlamentares e MDB elege 335 deputados estaduais, 160 deputados federais e vários senadores.

1975 15/3/75 - Therezinha Zerbini cria o Movimento Feminino pela Anistia. Tese da Anistia no Brasil é aprovada no Congresso Mundial da Mulher (1975), realizado no México. São criados no exterior um grande número de comitês pela anistia aos presos políticos no Brasil.

setembro, outubro - Prisão de vários jornalistas e militares ligados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro)



25/10/75 - O jornalista Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura, é torturado até a morte no Doi-Codi de São Paulo. Sindicato dos Jornalistas mobiliza protesto da categoria e da sociedade para contestar a versão oficial de suicídio, imposta pela repressão. Há grande repercussão em todo o país e no Exterior.



31/10/75 - Culto ecumênico, na Catedral da Sé, se transforma em ato público de protesto contra a ditadura.

1976 janeiro - Reunião nacional de estudantes em Campinas aprova a Campanha Nacional de Luta por Liberdades Democráticas.



Manuel Fiel Filho assassinado em 17 de Janeiro de 1976 no DOI-CODI-SP.

16/1/76 - O Doi-Codi prende e tortura até a morte o operário Manuel Fiel Filho. Novamente a ditadura alega a versão de suicídio, logo desmascarada.

17/1/76 - O General Geisel, que ocupa a Presidência da República, demite do comandante do II Exército, devido a repercussão do assassinato de Manoel Fiel Filho, durante o ano - várias cassações.

8/03/1976 - Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil, de Lisboa, publica dossiê com relatos de torturas e documentos de presos políticos brasileiros.

maio de 1976 - Assembléia geral dos universitários cria o DCE Livre Alexandre Vannuchi Leme, da Universidade de São Paulo, desrespeitando as leis ditadura.



Stuart Angel, após inúmeras sessões de tortura, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono, no DOI-CODI/RJ.

14/4/76 - A estilista Zuzu Angel, mãe do militante Stuart Angel Jones, que ficou conhecida por denunciar a tortura, morte e ocultação de cadáver de seu filho, Stuart Angel, assassinado em torturas pelo Cenimar. Morta em estranho acidente de carro. Ao que tudo indica foi morta pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro.

Julho de 1976 - Moção pedindo a Anistia é aprovada pela 28.ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em Brasília

19/8/76 - Direita mais radical do que a ditadura joga bombas na Associação Brasileira de Imprensa e na Ordem dos Advogados do Brasil, Rio de Janeiro.

4/9/76 - Bomba no Cebrap, São Paulo.

22/9/76 - O bispo Dom Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu-RJ, é sequestrado e espancado pelos terroristas de extrema direita.

6/12/76 - Bomba contra Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

10/12/76 - Os assassinos do DOI-CODI de São Paulo invadem a sede do PC do B na Lapa e executam os dirigentes comunistas Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Além disso, prendem e torturam até a morte João Baptista Franco Drummond, episódio conhecido como "Chacina da Lapa".



Os agentes assassinaram **Pedro Pomar e Ângelo Arroyo** e mudaram o cenário para insinuar que houvera confronto entre os comunistas e a polícia. Não havia armas ali.

1977 - A luta pela Anistia ganha as ruas e assumida pelo movimento estudantil e movimentos populares, entre os quais o Movimento contra a Carestia.



• ditadura cassa vários mandatos de parlamentares.

março/77 - Relatório do Governo dos Estados Unidos denuncia violações dos direitos humanos no Brasil.

30/3/77 - Em São Paulo, passeata com 5.000 estudantes marca a reconstrução do Movimento Estudantil e dos movimentos populares.

3/5/77 - Assembléia geral de estudantes na PUC/SP cria o Comitê de Anistia Primeiro de Maio.

5/5/77 - Concentração de 10 mil estudantes no Largo de São Francisco quase deflagra uma batalha campal contra o forte aparato montado pela repressão.

junho de 1977 - Criação em São Paulo da Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos/SP.

4/6/77 - Repressão invade III Encontro Nacional de Estudantes, em Belo Horizonte, e prende mais de 400 estudantes, delegados eleitos em todo o País.

A invasão foi comandada pelo **cel. Erasmo Dias**.



11/08/77 - Ato público no Largo São Francisco em que é lida a Carta aos Brasileiros, elaborada pelo professor Goffredo da Silva Telles.

18/9/77 - Ato realizado na igreja da Penha pelo Movimento "Justiça e Libertação", contra as ameaças de prisão e expulsão de religiosos.

22/9/77 - Estudantes desafiam ditadura e realizam, na PUC/SP o seu III Encontro Nacional de Estudantes.

22/9/77 - A PUC/SP é invadida como represália a realização do III Encontro Nacional de Estudantes. Mais de 2 mil estudantes são presos e vários são feridos pela repressão. Cinco estudantes são gravemente queimados por bombas de gás mostarda.



1978 Primeiros dias de 1978 - Começa mobilização para a formação do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em todo o país.

10 e 11 de março - Reunião preparatória da Conferência Internacional pela Anistia e Democracia no Brasil, que foi realizada em Roma em junho de 1979.

29 a 31/3/78 - Familiares de desaparecidos políticos entregam carta ao presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, em visita ao Brasil.

12/5/1978 - Constituição formal do CBA/SP.

12/5/78 - Começa a greve dos metalúrgicos no ABC: 1.600 operários da Saab-Scania. A greve alastra-se por São Paulo, Osasco e Campinas, até junho. Termina em 27/7.



- 13/10/78** - São revogados o AI-5 e outros atos da ditadura.
- 27/10/78** - Justiça condena União em ação pela morte de Wladimir Herzog. A sentença desmente a versão oficial do suicídio e responsabiliza a União pela morte do jornalista.
- 17/10/78** - Promulgada a Emenda Constitucional nº 11, que revoga o AI-5 e outros atos institucionais do regime militar.
- 2 a 5 de novembro de 1978** - I Congresso Nacional pela Anistia - São Paulo.
- 27/11/78** - Nova Lei de Segurança Nacional reduz as penas dos presos políticos.
- 29/12/78** - Decreto suspende o banimento de várias pessoas, entre elas Apolônio de Carvalho, Gregório Bezerra e José Dirceu.

1979 janeiro - Parlamentares cassados em janeiro de 1969, depois da edição do AI-5, recuperam seus direitos políticos. Entre eles, Mário Covas.



- 11/2/79** - No Estádio do Morumbi, São Paulo, jogo entre Santos e Corinthians, é aberta uma faixa pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no meio da torcida corintiana.
- 13/3/79** - Greve dos metalúrgicos do ABC.
- 15/3/79** - O general João Baptista Figueiredo passa a ocupar a Presidência da República.
- 15/3/1979** - Termina a greve de fome dos presos políticos do Presídio do Barro Branco/SP.
- 23/3/79** - Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.
- maio** - O senador Teotônio Vilela, presidente da Comissão Mista que analisa a proposta de Anistia, inicia visitas a presos políticos em todo o país. Teotônio, golpista em 64, senador da Arena, partido do Governo, declara não haver encontrado nenhum perigoso terrorista, mas apenas jovens idealistas, que haviam lutado por suas convicções.
- 1/5/79** - Comemoração do Primeiro de Maio em S. Bernardo do Campo, com manifestações pela Anistia.
- 29/5/79** - XXXI Encontro Nacional de Estudantes em Salvador/BA, para reconstrução da UNE, decide pelo apoio irrestrito à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.
- 23 a 30/6 e 1/7/1979** - O Congresso Internacional de Anistia no Brasil, realizado em Roma, aprova o manifesto "Apelo à Nação", pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.
- 15 a 17/ junho/ 1979** - III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, Rio de Janeiro.



- 07/07/1979** - IV Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, Piracicaba, SP.
- 22/7/79 a 22/8/79** - Greve Nacional de Fome dos Presos Políticos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.
- 30/07/79** - Caminhada pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita - CBA-SP.
- 08/08/79** - Dia Nacional de Repúdio ao Projeto de Anistia do Governo.
- 19/08/79** - Theodomiro Romeiro dos Santos, condenado à morte pela ditadura, foge da prisão, em Salvador, devido a ameaças a sua vida.
- 21/8/79** - Mais de 10 mil pessoas realizam um grande Ato Público na Praça da Sé, promovido pelo CBA-SP contra o projeto de anistia do Governo.
- 28/8/79** - Sancionada a Lei da Anistia (Lei Federal 6.683).
- 28/8/79** - Denúncia, no Congresso Nacional, da descoberta de restos mortais de alguns presos políticos (entre eles Luis Eurico Tejera Lisboa), dados como desaparecidos.
- 18/09/79** - Dia Nacional de Luto, pelos mortos e desaparecidos, promovido pelo CBA-SP.
- 6/9 a 29/9/79** - Voltam ao Brasil Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Gregório Bezerra.
- 25/10/79** - Criação do Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos (iniciativa apresentada por Helena Greco, no CBA/MG, aprovada no I Congresso Nacional pela Anistia e executada por Comissão Mista (Comissão Nacional de Movimentos pela Anistia e Sindicato dos Jornalistas).
- 29/10/79** - Greve dos metalúrgicos, São Paulo e Guarulhos.
- 30/10/79** - O líder metalúrgico Santo Dias da Silva é executado pela Polícia militar de São Paulo durante piquete de grevistas diante da fábrica Sylvania, em Santo Amaro/SP.
- 15 a 18 de novembro** - Salvador - II Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.
- 2/12/79** - Sete estudantes de Santa Catarina são presos com base na nova LSN por terem vaiado o presidente Figueiredo, em 30/11.



O general João Baptista Figueiredo o último ditador.

